
086ª SESSÃO ORDINÁRIA - 16SET2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Ato Declaratório da Mesa Diretora (Lê.): “Ato Declaratório. A Mesa da Câmara Municipal de Porto Alegre, no exercício de suas atribuições legais e de conformidade com a Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992, e alterações posteriores, declara, em cumprimento à ordem judicial, o retorno de Cassio de Jesus Trogildo ao cargo de Vereador do Município do Porto Alegre/RS. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre, 16 de setembro de 2013.” Declaro empossado o Ver. Cassio Trogildo. (Palmas.)

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O Sr. Rogério Veit, representando a Associação Comunitária do Centro Histórico, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo ao PLE nº 038/12, e projeto de construção no terreno localizado na Rua Duque de Caxias, nº 1.195.

O SR. ROGÉRIO VEIT: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, demais presentes; estou aqui representando a Associação Comunitária do Centro Histórico de Porto Alegre para debater o PLE nº 038/12, que incentiva a conclusão de obras inacabadas do Centro Histórico, em especial os endereços vizinhos ao Museu Júlio de Castilhos, na Rua Duque de Caxias, nº 1.195 e nº 1.247, entre outros. Ao projeto do Executivo foi encaminhado um substitutivo do Ver. Bernardino em que se contemplam prazos, multas aos que adquirirem esse benefício – no projeto de lei do Executivo não constava nenhum prazo, nenhuma multa. Ao substitutivo foi encaminhada a Emenda nº 04, em que consta que os projetos aprovados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre cujas obras ainda não tenham sido iniciadas estarão excluídos desse benefício. Também foi encaminhada a Emenda nº 05 ao projeto do Executivo, em que se solicita a exclusão

do endereço da Rua Duque de Caxias, nº 1.195, dos benefícios da lei. Ambas foram produzidas pela Associação Comunitária do Centro Histórico de Porto Alegre, protocoladas a seu pedido.

Com relação à cronologia dos fatos, ela tem um início muito antigo. A casa onde morava Borges de Medeiros foi demolida após a sua morte, e, junto com ela, se perdeu o acervo, que também foi demolido, não restando nada, nem casa, nem acervo de Borges de Medeiros. O terreno permanece baldio até hoje. Em 24 de novembro de 1997, um projeto de obra foi encaminhado para aprovação na Prefeitura Municipal, alterado em 12 de fevereiro de 1998, quando foi licenciado. Em 28 de maio de 1999, houve o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis das novas dimensões do terreno, incluído o da Rua Espírito Santo. Essa alteração foi motivada pela obrigação de recuo determinada pela modificação do projeto original. Em 2008, foi comunicada a Prefeitura Municipal do término das fundações do projeto, pois, depois de dez anos sem início, o projeto de obra perde a validade. Para legitimar esse expediente, o empreendedor justificou obras de fundação equivalentes no terreno da Rua Espírito Santo. Em abril de 2012, houve uma movimentação no terreno, com o surgimento de operários e placa da empresa Fundasolos.

Isso que estou mostrando aqui representa o Museu Júlio de Castilhos. (Mostra maquete.) A partir dessa data, começamos nossas mobilizações no sentido de esclarecimento sobre o futuro projeto. Questionamos o Ministério Público, que solicitou esclarecimentos à Prefeitura e ao empreendedor. Houve um Termo de Ajustamento de Conduta – Ministério Público e obra. É importante que os senhores conheçam o teor desse ajustamento de conduta, como foi validado e a quem beneficia esse Termo de Ajustamento de Conduta. Questionamos a legalidade do projeto, pois ele se ancora em Plano Diretor anterior ao atual e com prazo de validade que se encerra em menos de três meses e meio, sendo que nem fundações existem no local e sequer sondagens de solo foram realizadas. O Executivo encaminha, então, o referido projeto de lei ao Legislativo com a finalidade de estabelecer incentivos para adequação e conclusão de prédios inacabados no Centro Histórico, visando a sua reinserção na estrutura urbana da Cidade, em que constam os endereços acima citados, na Rua Duques de Caxias. O fato que nos deixa perplexos é que, efetivamente, para os endereços citados e onde realmente existem prédios

inacabados, este projeto não é a solução, mas os terrenos da Duque de Caxias são o alvo de todas as divergências e motivam fortes defensores.

Nós estamos aqui hoje presentes como moradores de nossa Cidade e de forma organizada pela Associação Comunitária do Centro Histórico, buscando acompanhar os movimentos que projetam nossa Cidade para o futuro. Esse futuro é que nos preocupa. Esse futuro cabe a nós projetar hoje. Por isso, senhores, nossa preocupação deve ser voltada para o coletivo, para possibilitar uma mobilidade, um bem-estar à população; preservar nossos museus, praças e não abonar fatos que causem impactos negativos ao Centro Histórico. Viajamos pelo mundo conhecendo museus, monumentos, praças que atraem milhões de pessoas. Certamente, esse foi o projeto adequado, executado por esses países, e esse é o nosso dever hoje: o de tratar esses assuntos visando às próximas gerações.

Devemos entender que ser pobre é sofrer um custo no dia a dia, com todas as dificuldades que enfrentamos, e ser rico e empreendedor também deve ter seus custos, mas não se pode tolerar que isso seja alcançado através de vantagens ou atalhos. Este deve ser o nosso lema: que a nossa luta seja pelo bem das pessoas de forma geral e, em especial, como nesse caso, pela proteção do Museu Júlio de Castilhos, pela defesa da paz, da segurança e da tranquilidade da vizinhança, e não em benefício e vantagem de um empreendedor em detrimento da população.

Senhores e senhoras, a Rua Duque de Caxias é estreita, não há possibilidade de mitigar o impacto à mobilidade urbana. A testada do terreno da Rua Duque de Caxias, nº 1.195 tem dimensões inferiores ao comprimento de um ônibus de turismo. Um veículo de grande porte estacionado naquele local conterà o fluxo causando engarrafamento, aumento da poluição do ar, barulho intenso de buzina e dificuldade à travessia da rua.

Este é o projeto que estamos tentando aprovar, ao lado do Museu Júlio de Castilhos. (Mostra maquete.) Se autorizarmos essa obra, com certeza, na carona, vem uma outra obra do outro lado do Museu. Daqui a 20 anos, certamente vão estar aqui discutindo não a revitalização do Museu Júlio de Castilhos, mas para onde vamos remover os escombros do nosso antigo e querido museu-escola, que sucumbirá por falta de sol e conseqüente umidade.

Sinceramente, pergunto aos senhores: terá futuro o nosso Museu Júlio de Castilhos se ficar prensado em meio a dois espigões? Aqui está representada a situação do nosso

Museu Júlio de Castilhos em meio a dois espigões. Podemos concluir obras inacabadas, podemos até construir prédios novos, mas, sinceramente, não podemos colocar em risco o nosso patrimônio cultural tão restrito, e justo junto à parte mais central do nosso Centro Histórico, naquele lugar onde estão o Palácio Piratini, a Assembleia Legislativa, o Palácio da Justiça, o Theatro São Pedro, a Catedral Metropolitana, entre outros polos geradores de trânsito.

Vereadores e Vereadoras – por clemência! –, as leis mudaram e mudaram justamente por causa do mal que alguns empreendimentos fizeram à Cidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Esse certamente é um deles. Após o licenciamento da construção do hotel ao lado do Museu, em 1998, a Lei Federal nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, foi promulgada para balizar o desenvolvimento urbano em todo o território nacional. Após isso, duas revisões do Plano Diretor aconteceram, a segunda delas para adequar a legislação municipal à nova lei federal citada. Nenhum dispositivo dessa lei de proteção às cidades foi aplicado neste projeto. Nenhum! Não podemos ressuscitar monstros do passado que tantos males nos causaram. Dar nova vida a este projeto seria... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Desconhecemos os detalhes dos demais empreendimentos, mas, por precaução, sustentamos a necessidade de rejeição deste projeto, tanto quanto de seu substitutivo, até que seja realizado um estudo detalhado de todos os imóveis do Centro Histórico passíveis de enquadramento na lei, aferindo os respectivos impactos à mobilidade, à vizinhança e ao patrimônio cultural, mediante instituição de um grupo de trabalho por entidades, órgãos públicos e universidades com representação multifinalitária, capaz de abordar os três elementos de estudo com o devido rigor científico. Só assim estaremos legitimando de fato a nova lei, e não buscando possibilidades para contorná-la. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos e a todas; à Associação do Centro Histórico; aos Vereadores e aos servidores desta Casa. É um projeto que, realmente, como já disse o Ver. Nedel - temos conversado -, foi objeto de duas emendas nossas, fruto de uma demanda da própria Associação Comunitária do Centro Histórico. Sem repisar os temas que o Sr. Rogério colocou, o que nos chamou muita atenção é que, num primeiro momento, parece ser um projeto que visa justamente a conclusão de prédios inacabados, mas, a sua Exposição de Motivos demonstra que não há um contexto, um estudo que mostre realmente o tamanho e a quantidade de prédios do Centro que poderiam ser beneficiados. Sem esquecer que poderia ser feita uma discussão sobre a necessidade ou não de um programa que incentive que os empreendedores terminem a construção do Centro Histórico.

Apesar de estar usando o tempo de liderança do PT, é um assunto que ainda não discutimos na bancada, por isso não posso dizer - o Sr. Vitorio Piffero está aqui também - que essa é uma posição de bancada, mas ainda discutiremos. Como ele saiu da pauta várias vezes e amanhã está marcada uma audiência pública para tratar do tema, ainda não temos um amadurecimento suficiente. Mas, a nossa posição é de preocupação, principalmente com a questão da mobilidade urbana. Pelo que sei, o empreendedor, Sr. Vitorio, esteve hoje na reunião de Mesa e expôs seus argumentos. Seria interessante que ele também usasse a tribuna para que pudéssemos ter os dois pontos. Amanhã haverá audiência pública e o empreendedor poderá colocar os seus motivos. Poderá também fazê-lo da tribuna. O importante é que a Câmara escute os dois lados.

Da nossa parte, temos a preocupação, e por isso encaminhamos aqui as emendas que tratam com preocupação, num primeiro momento, uma ideia de uma lei que ao parecer genérica acaba tratando mais particularmente um determinado imóvel – foi isso que nos trouxe o convencimento da Associação do Centro Histórico –, e uma preocupação muito grande com a mobilidade urbana. Inclusive, na sexta-feira da semana passada protocolamos um projeto de lei que concretiza o que o Plano Diretor chama de setor de mobilidade urbana de Porto Alegre. Então, previmos no nosso anexo do projeto de lei uma área do Centro da Cidade em que fica restrita – se for aprovado o projeto – a circulação de automóveis. Claro que moradores, comerciantes, veículos de emergência e de segurança pública poderão normalmente transitar. Essa área da Duque não está incluída no nosso projeto de lei, não pega ali, pega da Salgado Filho para baixo, mas é

uma ideia de que o Centro se torne, como em alguns lugares do mundo, uma área mais voltada para as residências, com uso misto dos espaços. A gente sabe que é isso que proporciona a comodidade, a segurança, a fluidez e as relações entre as pessoas.

Quero lembrá-los da audiência pública de amanhã, e convido todos os Vereadores. Amanhã teremos técnicos e a contraposição de quem defende o outro lado. Então, isso ficará mais claro para todos. Todos vamos ouvir algo que é tão importante, tão vital para a nossa Cidade.

Em um primeiro momento, repito, sem um olhar mais aprofundado, seria uma lei que dificilmente teria algum tipo de contestação. Enfim, todos queremos que o nosso Centro Histórico, o Centro da Cidade, não tenha aqueles esqueletos abandonados há muito tempo. Parece que é uma lei que vem para o bem, mas deve ser colocada na medida justa, sem nenhum particularismo. Não estou dizendo que não possa ter, mas neste caso, e já estivemos debatendo isso amplamente, até pela ausência de um levantamento total, se a Prefeitura tivesse feito um levantamento dizendo que havia 70 prédios nessa situação, teríamos a dimensão do bem comum que se está querendo concretizar. Mas não é esse o caso. Então, no mínimo, me parece que precisamos de um debate mais aprofundado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sr. Rogério, aqui representando a Associação do Centro Histórico; senhoras e senhores; na verdade, no ano passado, quando este projeto veio para esta Casa, nós entendemos, naquele momento, que a votação deveria ocorrer com um pouquinho de calma, apesar de entendermos que, ao longo dos anos, não se teve enfrentamento para resolver as questões de obras inacabadas no Centro de Porto Alegre. Isso aqui não é um discurso para este ou para aquele partido, ao longo de 60 anos muitos partidos governaram este Município. Infelizmente, temos prédios aguardando a sua conclusão até hoje. Nós acabamos entrando com emendas ao projeto do executivo e depois entramos com um substitutivo porque nós entendemos que esse problema de obras inacabadas se estende

por toda a Porto Alegre, por isso o nosso projeto prevê ampliação. E também, Presidente, acabamos colocando penalidades para aqueles que não atenderem ao chamamento da lei. Penalidade é o que estamos buscando.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu uso o tempo do PSOL. Eu queria cumprimentar o Sr. Rogério Veit, da Associação Comunitária do Centro Histórico, assim como os ativistas, os historiadores e colegas que estão acompanhando aqui, na tarde de hoje, a Tribuna Popular, e trazer a nossa posição – minha e do Ver. Pedro Ruas – na importância do debate. Nós achamos que a luta de vocês garantiu que esta Câmara fizesse uma audiência pública, que será amanhã, para tratar do assunto, para que esse projeto não seja, de nenhuma maneira, votado sem que haja esse amplo debate que, na minha opinião, vai muito além de uma audiência pública; vai no sentido da preocupação que a Cidade deveria ter com a preservação da nossa história, do nosso patrimônio histórico, cultural, ambiental, que marca a nossa Cidade.

Infelizmente, o que nós temos visto em Porto Alegre é justamente o contrário: vários prédios com valor histórico inestimável estão abandonados, seja no Centro, ou pior, como no caso da Rua Luciana de Abreu, onde acabam de entregar para especulação imobiliária prédios com valor inestimável da nossa história, e, ao mesmo tempo, vemos projetos muito rápidos e céleres quando se trata de interesses comerciais, interesses especulativos, grandes interesses da nossa Cidade.

Então nós vemos com muita preocupação essa questão do Museu Júlio de Castilhos, que tem um valor inestimável para a nossa Cidade. A tua representação dos espigões aqui na tribuna deixou claro como isso afetará o Museu e seu patrimônio. E eu tenho em minhas mãos o laudo do IPHAE, que diz que o zoneamento de alturas para os prédios previstos para o lado do Museu Júlio de Castilhos estaria dentro dos parâmetros que são negados diante da necessidade para a preservação do nosso patrimônio histórico e cultural.

Então eu quero dizer para vocês da Associação que contem com o PSOL, comigo e com o Ver. Pedro Ruas, nesta luta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu falo em nome do Partido dos Trabalhadores, neste momento, no tempo do Partido dos Trabalhadores. Vou me referir menos ao projeto, porque acho que amanhã nós vamos debater melhor, Rogério.

Eu quero afirmar aqui duas indignações, com as quais eu sei que a minha bancada concorda, e hoje eu já expressei, pela manhã, parte delas ao Sr. Piffero: primeiro, como esta Cidade ainda não instalou e não usa o instrumento do Estatuto da Cidade, que muito lutamos e escrevemos no Plano Diretor, que é o Estudo de Impacto de Vizinhança? Não é possível que os conflitos nesta Cidade, que ferem direito de morar, que ferem direito à paisagem, que ferem direitos humanos não tenham a proteção desse instrumento. O Estado, ou seja, a Prefeitura tem obrigação de ser o mediador entre o desenvolvimento econômico, a vontade do cidadão e o direito do cidadão e da cidadã. E vocês estão sofrendo isso exatamente porque o Poder Público se omite de fazer essa mediação, de atender a esse direito e de aplicar os instrumentos que estão no Estatuto da Cidade, Sr. Rogério.

E eu tenho dito: esse prédio – com respeito que tenho ao empreendedor – é característica de empreendimentos que causam Impacto de Vizinhança, sim - cultural, no trânsito, no sombreamento, na paisagem; portanto, tem que ter o Estudo de Impacto de Vizinhança levado a sério, realizado e adaptado o projeto com esse estudo!

E não aceito que o Ministério Público tenha feito um TAC sem ouvir a população! Mas que TAC é esse? Que ajuste de conduta é esse se a maior interessada, que é a população de Porto Alegre, Presidente, não é chamada para esse TAC?

Então, quero dar toda a força para a Associação de Moradores, para que se corrija o curso desse processo. Parabéns pela luta de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado, Presidente. Já falou a Ver.^a Fernanda, pelo PSOL, a Ver.^a Sofia Cavedon, pelo PT, este tempo é de oposição. Sr. Rogério Veit, eu nasci e me criei em Porto Alegre e me sinto muito mal ao ver esse abandono terrível que sofrem os prédios históricos de Porto Alegre. Esse abandono tem uma dupla face igualmente cruel dos dois lados. O primeiro é o abandono em si, é o esquecimento, é o abandono no sentido literal da expressão. O segundo é o abandono por trazer prejuízo, que é o caso que o senhor trouxe à tribuna; é uma forma de abandono, é uma destruição lenta, às vezes, mais acelerada, mas ela até parece proposital. Eu, de forma branda, chamo de abandono; às vezes, parece-me proposital.

Eu trago aqui uma solidariedade e um compromisso de luta, exatamente no sentido que o senhor colocou da tribuna. O seu apelo, que não é no seu nome – apesar de sê-lo, que também é da Associação -, é o apelo da Cidade. Na verdade, a Cidade grita, através da sua voz, na tribuna. Mas quero lhe dizer que há ouvidos sensíveis a isso também.

Portanto, eu o cumprimento, cumprimento a Associação. E tenha em nós todos, da oposição, a certeza de que estamos atentos e de queremos colaborar neste sentido. Seja bem-vindo e conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Ver. Dr. Thiago, quero fazer uma saudação, em nome da bancada do PDT, ao Rogério e aos demais integrantes da Associação Comunitária que hoje se encontram aqui acompanhando a nossa Sessão; e também trazer esse nosso sentimento, principalmente em função de que, quando me manifesto aqui, é em nome do PDT, que é o Partido do Prefeito Fortunati, que foi quem, ao fim, encaminhou esse projeto à Câmara, no sentido de nós enfrentarmos essa realidade do nosso Centro cinza, dos nossos esqueletos inacabados, das revitalizações que estão sendo proporcionadas por uma política prioritária do nosso governo à área central de valorização, dos investimentos que foram conseguidos através do Projeto Monumenta, principalmente no nosso patrimônio cultural em várias edificações da Cidade. E, com relação a essa preocupação,

em que pese nesse projeto nós termos um imóvel específico que está sendo questionado aqui, em linhas gerais, quando se fala em revitalizar a Praça XV, em revitalizar a Praça da Alfândega, e, agora, nós temos ali o projeto da Praça da Matriz, com algumas obras já concluídas, esse novo conceito de tráfico de veículos - quando, antigamente, só havia passagem de pedestres -, revitalizando áreas importantes da área central da Cidade, como o entorno da Usina do Gasômetro, nos parece que essa nossa preocupação deve ser aqui reafirmada. Assim como outros oradores trouxeram manifestações de alguns órgãos contrários a essa intervenção urbana, nós recebemos aqui, também, por parte do IPHAN e da Secretaria Estadual da Cultura, Secretário Assis Brasil, informações no sentido de que essa intervenção aconteça na Cidade.

Que bom que, amanhã, nós vamos ter a oportunidade, na audiência pública, de conversar. E quero dizer que outras lideranças, inclusive do nosso partido, nos procuraram com preocupação a esse tema. Nós precisamos nos aprofundar e nos integralizar quanto à documentação e a toda essa formatação que está sendo aventada aqui para vermos, realmente, no interesse coletivo, o que pode vir a ser o melhor para a Cidade, e, aí, então, tomarmos a decisão correta. Então fica essa ressalva e essa consideração, cumprimentando a participação de Vossa Senhoria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, estamos falando em meu nome, do meu partido, do Ver. Paulinho Motorista também, em nosso nome pessoal. Trago um abraço ao Rogério e a todos os presentes na tarde de hoje. Quero dizer que participamos de diversas reuniões e, dentre outras, daquela demanda da audiência pública; compreendi a importância da audiência pública e manifestei-me favoravelmente naquela oportunidade. E gostaria de dizer que estou aqui desde 1989 e eu aprendi que, na divergência, acontecem as discussões e se dá um encaminhamento que seja bom para a cidade de Porto Alegre. Portanto, eu quero deixar registrado, em meu nome, enquanto Líder do Governo, que, na verdade, essa urgência na votação do projeto não é uma demanda do Prefeito Fortunati, que tem demonstrado sempre a possibilidade, a vontade

de discutir exaustivamente as questões aqui. E essa é uma posição que eu também adoto. Nós não podemos sair aprovando e está acabada a história. Vamos discutir, porque isso é bom para a cidade de Porto Alegre. Um abraço!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu quero dar as boas vindas ao Dr. Rogério Veit e à sua comitiva da Associação Comunitária do Centro Histórico, em nome da minha bancada, o Partido Progressista, em nome da Ver.^a Mônica Leal, Ver. Guilherme Socias Villela e no meu. Eu acho que V. Exa. citou dois pontos importantes. Um, que esta Casa legisla para o coletivo. Foi justamente quando veio o projeto do Governo do Município, em setembro do ano passado - faz um ano -, o Ver. Bernardino Vendruscolo emitiu um substitutivo retirando qualquer indicação de direitos ou deveres a algum projeto específico; ou seja, cumpriu a sua solicitação: que a Câmara legisla para o coletivo.

O segundo ponto que V. Exa. citou é que deve haver um estudo detalhado dos projetos de construções inacabados. Esse estudo detalhado está sendo feito ou será feito junto à SMOV e à Secretaria Municipal de Urbanismo, para onde devem ser encaminhados todos os detalhes que a comunidade observar, tanto os favoráveis quanto os contrários aos projetos. Esta Casa legisla para o coletivo, as diferenças individuais devem ser encaminhadas à SMOV e à SMURB. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel.

Como não há mais bancadas inscritas, quero agradecer à Associação Comunitária do Centro Histórico, ao Sr. Rogério Veit. Convido todos para participarem amanhã da audiência pública, às 19 horas - esta Casa, que não se furta de discutir esses e demais assuntos importantes para a vida da Cidade. Deixo um abraço muito afetuoso aos Charruas, que se encontram aqui presentes, à Nação Charrua, aqui representada. Agradeço profundamente as atividades do fim de semana da Associação Rio-grandense de Apoio aos Operados Bariátricos, ação realizada na Redenção, muito produtiva,

esclarecedora; aos doadores de órgãos e também ao pessoal da Acelbra, dos pacientes de doenças celíacas. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h58min.)

(O Ver. Bernardino assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): (14h59min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estudo organizado pelos arquitetos e urbanistas Moacyr Moojen Marques –aqui presente, a quem se rende as homenagens – e Sérgio Moacir Marques, trabalho este que se pode intitular "O resgate do planejamento municipal de Porto Alegre", e que apresenta pensamentos que podem conter a raiz de uma ideia factível. Sua transcrição nesta Casa é uma homenagem aos referidos urbanistas. Sua síntese é a seguinte: A 1ª Perimetral, cuja ideia do traçado apareceu nos planos da Cidade em uma publicação restrita feita pela Prefeitura em 1938 e elaborada pelos engenheiros Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Ubatuba de Farias, tratava-se de Perímetro de Irradiação. A função viária era a de criação de um anel no perímetro do Centro Histórico, se possível restringindo a circulação de veículos no antigo arruamento de origem colonial, inadequado à evolução natural da Cidade. Pela excessiva importância da centralidade de funções na área e a forma urbana desde sua fundação (raio-concêntrica), aliada às questões topográficas e a presença do rio em três de suas faces, o restrito espaço físico cresceu para cima, aumentando a centralização e os valores imobiliários dos terrenos, criando assim um processo

autoalimentado, que somente o aproveitamento em altura viabilizava os negócios imobiliários a caminho do colapso dos serviços e equipamentos públicos da área.

A ideia do perímetro de irradiação inspirava-se na cidade de Viena, onde as muralhas foram substituídas por via em forma de anel, também circundando o Centro Histórico e, neste anel, foi implantado um metrô, do qual partem as radiais para os bairros, principalmente as linhas do transporte coletivo.

No caso de Porto Alegre, a implantação do anel também foi prevista no traçado aproximado das nossas "muralhas", ou seja, a paliçada construída por determinação de José Marcelino de Figueiredo, após 1772. O Plano de 1959 consagrou em lei o traçado com esta ideia, prevendo ainda o deslocamento para esta avenida, a localização de equipamentos polarizadores de interesse público, assim como ampliação das áreas comerciais e criação de outros centros para aliviar a pressão da restritiva área original.

Todos os Planos que se seguiram consagraram essas ideias e evitou-se o caos, pois a maioria das obras foram realizadas e, por 50 anos, desapareceram os congestionamentos que já eram visíveis na década de 1950. Grande parte das administrações dos três níveis foram para o perímetro urbano, as garagens foram estimuladas e assim construídas, também no perímetro da Av. Mauá, sem penetração nas vias tradicionais. As pressões aliviadas permitiram os calçadões, humanizou-se a área e a Cidade respirou.

Hoje o fenômeno começa a se repetir, os congestionamentos avolumam-se e a tendência é crescente. Não há como resolver os problemas na superfície, trata-se tardiamente da implantação do metrô. A primeira linha prevista atende a uma radial de importância. É bem-vinda, no entanto é mais uma radial centralizadora que trará ainda mais interesse à parte central da Cidade. Isto posto, teme-se por uma nova valorização da área e a volta do círculo vicioso: maior valorização, maior aproveitamento, maior demanda de usuários e maior congestionamento.

A ideia é, pois, voltar ao exemplo de Viena e prever, sob a 1ª Perimetral, um metrô capaz de coletar todas as avenidas radiais, cujos meios de transporte coletivo e seus terminais retornariam nos seus pontos de tangência. A forma da área central alongada é propícia para os acessos da sua periferia aos pontos de interesse que se quer atingir, à

exceção da crista do promontório pelo esforço das lombas. Nada que o retorno do bondinho da R. Duque de Caxias não possa resolver, aqui no sentido figurado.

Avizinha-se a implantação do novo projeto de recuperação e integração da área portuária às atividades da área central, portanto a tendência é o agravamento da situação centralizadora e alguns indesejáveis conflitos entre veículos e pedestres nas ligações entre o porto renovado e, conseqüentemente, o rio e o alinhamento norte da Av. Mauá. Nas devidas proporções do que foi a construção do Viaduto Otávio Rocha, em 1930, das perimetrais, viadutos, parques, não é justo descartar as propostas que são feitas com alguma ousadia, para adotar outras, talvez mais medíocres, que limitam ou inviabilizam as ideias do futuro.

De outro lado, existe sempre a assertiva de que a Cidade volta as costas para o rio, no entanto ninguém fala em dois aspectos que são determinantes: predomina nas margens do rio a ocupação por particulares sem acesso à população em geral. A fruição do contato com o rio mais eficiente é tornar efetivamente público o acesso à orla, e nada melhor do que a construção de uma avenida paisagisticamente concebida. Não é necessário executar de uma vez, mas paulatinamente.

O primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, de 1979, estabeleceu um traçado panorâmico que percorre o trajeto virtuoso e paisagens incríveis que, certamente, seriam explorados em qualquer cidade do mundo, com potencial, inclusive, econômico se forem considerados, para atividades lúdicas e os equipamentos que poderiam estar localizados no percurso.

Como nenhuma corrente é mais forte do que seu elo mais fraco, adianta pouco as decantadas obras da Copa quando a Cidade, principalmente o Centro Histórico, a parte mais visível da Cidade, deteriora-se sob os pés e às vistas dos passantes, habitantes de visitas.

São, entre outros: os passeios e, dentro destes, as rampas nos meios-fios para cadeirantes, ambos mal feitos e com péssimo acabamento; os desenhos da pavimentação da Rua da Praia não refeitos ou mal feitos; o espaço fronteiro ao Museu Iberê Camargo às margens do rio. Quem ousa afirmar que o Museu não será solicitado pela maioria dos visitantes, assim como os porto-alegrenses que lá vão para apreciar o pôr do sol? Tão importante é o lugar que mereceria um projeto urgente, compatível com a obra do Arq. Álvaro Siza Vieira, premiada no Salão de Veneza. A esses exemplos mais

evidentes tantos outros poderão ser arrolados, os quais uma vez enfrentados poderão dar foros civilizatórios compatíveis com a importância da Cidade.

Cabe ainda mencionar que, entre tantas perdas havidas no nosso Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, uma das maiores foi o cancelamento dos estímulos propiciados para construção dos pilotis e cobertura nos edifícios de apartamentos, e ainda a inclusão da possibilidade de fechamento das sacadas. O primeiro, porque o estímulo propiciava, além de áreas de recreação nos pavimentos térreos, o alongamento das visuais das ruas, aumentando seus perfis transversais para dentro dos terrenos sob os edifícios. O segundo, porque possibilitava o aproveitamento das coberturas das edificações para a implantação de jardins e dependências, cuja destinação não contribuía para o aumento das densidades urbanas. Por último, na situação que foi criada, hoje se tende ao desaparecimento dos terraços dos pavimentos, uma vez que a permissão de seus envidraçamentos, incorporando os seus espaços às salas, peças fronteiras, deixando os edifícios com a forma paralelepípedica, desaparecendo as movimentações formais antes estimuladas na forma e textura das edificações e, por conseqüência, as ruas e quarteirões.

Outra ideia a ser destacada é a da otimização da Av. Ipiranga como espaço urbano qualificado para atividades relacionadas ao meio universitário e institucional, a exemplo do BUS – Bairro Universitário de Santiago do Chile. Poderia ser por meio da implantação de transporte público eficiente, por exemplo, de baixo impacto ambiental e infraestrutura apropriada ao potencial cultural e à vitalidade latente em contextos urbanos ligados a universidades e instituições públicas. Um exemplo, já proposto, seria a implantação de trem elevado sobre o canal Ipiranga, no trajeto Centro-PUCRS.

Por fim, é fundamental pensar na implantação integral das obras de saneamento do Pisa – Programa Integrado Socioambiental –, em andamento em Porto Alegre, canalizando todo o esgoto cloacal e saneando o arroio Dilúvio. E ainda a implantação de sistema de bombeamento de águas do Guaíba até a cabeceira do arroio Dilúvio, o que criaria um sistema permanente de limpeza da água e controle de nivelamento.

Desta maneira, com urbanismo e arquiteturas, entre os extremos de utopias irrealizáveis ou ações acanhadas, os ideais de qualidade de vida, imaginados pelos urbanistas de Porto Alegre, desde a canalização do arroio Dilúvio nos anos 1940, encontrariam um caminho, entre outros, de urbanidade e cidadania real.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, esse documento é uma síntese, como disse anteriormente *ab initio*. Eu espero, entretanto, que esse documento sirva a todos nós, colegas Vereadores e Vereadoras, para lembrar quanto à necessidade de se discutir os grandes temas de Porto Alegre, deixando, em segundo plano, assuntos formais e de menor significação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado, Ver. Guilherme Socias Villela. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, queria inicialmente me ocupar deste período de Grande Expediente para falar de um projeto de lei muito importante para a nossa Cidade, Ver. Janta. É o que trata do sombreamento do Decea, ou seja, na nossa Cidade há um problema com a Aeronáutica, que inviabiliza qualquer construção do Parcão até a Zona Norte. Eu vou aproveitar esse exemplo deixado pelo pessoal do Centro, onde existem dois edifícios assim (Mostra maquete.) e, aqui no meio, um terreno baldio, se quiser construir um edifício mais baixo que esses não tem a aprovação da Aeronáutica, porque está em uma zona ou em uma cota maior ou mais alta do que é permitido por uma resolução do Decea. Nesse projeto, nós estamos fazendo uma justiça com aqueles que têm terrenos em meio a edifícios já consolidados, com aqueles que querem construir utilizando o programa Minha Casa, Minha Vida, porque do jeito que está não dá mais para construir nada! E nós propomos aqui um projeto muito singelo que diz o seguinte: “Considera de interesse público as ações que consolidam o cumprimento e a plena aplicação da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro 1999, ou seja, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre – PDDUA, e alterações posteriores.” No art. 1º: “Ficam consideradas de interesse público as ações destinadas a consolidar os princípios, as diretrizes, os parâmetros, os regimes volumétricos, os índices e os demais direitos e obrigações estabelecidos da Lei Complementar do Plano Diretor de 1999.” Ou seja, não se cria nenhum centímetro a mais do que está na lei, não se constrói nada, apenas se desburocratiza o que está sendo feito hoje, pois, para fazer um edifício no meio de dois já existentes, por exemplo, ou no mesmo quarteirão, tem que pedir licença para o V Comar, que manda para Curitiba – para

pág. 16

o Decea –, que manda para o Rio de Janeiro, que volta para Curitiba, que volta para Porto Alegre, que volta para a Prefeitura! Nós queremos dar agilidade a isso e, ao mesmo tempo, legitimar ações do Executivo, sem precisar fazer essas consultas nesses absurdos que está essa Resolução 94. Esse projeto deverá ser analisado pelas Comissões – já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça – e deverá ser aprovado na Reunião Conjunta das Comissões. É um projeto importante, e tenho certeza de que esta Casa vai ajudar a destravar mais um pouquinho esses projetos que demoram tanto para serem aprovados e que, muitas vezes, impedem terrenos estão baldios de serem usados dentro do Plano Diretor. E volto afirmar: é dentro do Plano Diretor, sem nenhum centímetro a mais de índice.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezados Ver. Cecchim, o seu projeto traz para esta Casa um problema que a Cidade vem vivenciando há alguns anos, porque esse conflito entre o Plano Diretor e o Comar, ou as normas do aeroporto, está impedindo que toda uma região da Cidade possa levar adiante a aprovação dos diversos projetos de origem urbanística. Agora, eu quero me associar ao senhor nesse tema e também dizer aqui que, no ano passado, o Prefeito propôs uma reestruturação administrativa, entre elas, na Secretaria de Urbanismo, para poder realinhar, e isso não aconteceu até agora! Inclusive muitos arquitetos e urbanistas estão dizendo que 2013, nessa área, é um ano perdido. Então, eu quero trazer aqui o debate porque nós precisamos enfrentar o problema na sua totalidade. Muito obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Comassetto. Eu tenho certeza de que nós vamos recuperar parte deste ano com esse projeto. Vamos fazer um trabalho interessante, conjunto, um trabalho para a cidade de Porto Alegre, independente de setor. Esse não é um projeto ideológico, é um projeto técnico e que ajuda a desburocratizar as ações de aprovação de projetos na cidade de Porto Alegre.

Eu queria fazer uma reclamação, ou um pedido, ou uma sugestão, como ficar melhor o termo. Tenho acompanhado as novas calçadas que estão sendo feitas na Av. Beira-Rio, no entorno do Estádio Beira-Rio, em toda a Avenida, e aqui no Harmonia, também. Calçadas são uma das poucas coisas de que entendo bem, e eu queria pedir... Não sei se é a SMOV, se é a Gestão, quem fiscaliza estes trabalhos que estão sendo entregues pelo

Município, mas é uma vergonha o que estão fazendo com esses passeios públicos. É um desrespeito com quem anda a pé. Está na hora... Eu não sei quem está fiscalizando. Tenho certeza de que, se for a SMOV, o Secretário Mauro Zacher vai mandar dar uma olhada; se for a Gestão, o Secretário Urbano vai mandar dar uma olhada, mas estão entregando “gato por lebre”. Essas obras, nos entornos dos viadutos, estão muito malfeitas, com material de péssima qualidade, com mão de obra muito mal executada. Então, como alguém que entende um pouco deste assunto, eu queria dar essa sugestão. Há mais de 30 anos não faço nenhuma obra dessas em coisas públicas, então tenho tranquilidade para reclamar disso. Tem que cuidar do que estão entregando, das obras periféricas das grandes avenidas, dos grandes viadutos, das grandes construções que estamos fazendo. Tem que se preocupar um pouquinho mais com o pedestre, ou muito mais com o pedestre, cuidar dessas calçadas que são muito malfeitas, e acho que estamos pagando o preço de coisa benfeita. Não tem como receber uma coisa malfeita a preço de coisa benfeita.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, pegando o gancho do que o senhor está referindo, vergonhosas são as calçadas aqui perto da Câmara, agora que temos o Acampamento Farroupilha, todas viraram estacionamento de carros. Isso estraga os passeios, provavelmente. Estamos há 30 dias com o Acampamento, e carros e caminhonetes ficam subindo e descendo as calçadas. Já pedimos que a Prefeitura libere essas calçadas. Calçada é para o povo caminhar, não é para carro estacionar. Isso ocorre também em várias delas que ficam perto de parques e avenidas, que, em fins de semana, o pessoal usa para ouvir rádio, andar de carro para cima e para baixo... Então acho que tem que haver uma fiscalização bem grande por parte da EPTC, da SMOV, seja lá de quem for.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Vereador. E isso se agrava mais quando é cobrado para estacionar em cima da calçada ainda.

O Sr. Guilherme Socias Villela: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, há pouco eu falava sobre os problemas da Cidade e fazia um apelo, dizendo que devemos discutir os grandes temas da Cidade e deixar de lado alguns

aspectos formais, talvez importantes, mas de menor importância. V. Exa., neste momento, está, sem dúvida, discutindo os grandes problemas da Cidade. Quisera que sempre fosse assim nesta Câmara. Muito obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Villela. Suas palavras me motivam a continuar a fazer, não digo denúncias, mas essas sugestões para que se faça a coisa benfeita.

Dentro disso, o Ver. Valter Nagelstein e eu também discutimos muitas vezes sobre as compensações, Ver.^a Lourdes Sprenger, das grandes obras na Cidade. O Ver. Comassetto tem um projeto também nesse sentido, mas um pouquinho diferente.

Eu queria trazer o exemplo da ampliação do Shopping Iguatemi, que durante muitos meses foi discutida nesta Cidade, e, agora, nesta semana, a Secretária Ana Pellini deu a boa notícia do acerto entre a Prefeitura e os empreendedores. Esse acerto vai fazer com que não só o Shopping Iguatemi seja ampliado, o que irá gerar mais empregos, mais lojistas, enfim, mas também isso vai proporcionar que algumas vias sejam alargadas, como a Rua Anita Garibaldi – que vai da Av. Carlos Gomes até a Rua Desembargador José Bernardo Medeiros; a Av. João Wallig – que vai da Rua Artur Fabião Carneiro até a Av. Nilo Peçanha. Essas avenidas serão alargadas, praticamente serão construídas novamente, como compensação de um grande empreendimento. Então, ganha o grande empreendimento, ganha a Cidade e ganham as pessoas que poderão desfrutar dessas ampliações.

(O Ver. Nereu D'Avila assume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, eu pedi até ao colega Ver. Nereu D'Avila que presidisse para que eu pudesse pedir um aparte a V. Exa. Quero cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Ver. Guilherme Socias Villela, que são homens capazes do Governo e que trazem os problemas da Cidade com a independência que a Casa e os Vereadores têm que ter para trabalhar. Cumprimento V. Exa. e o Ver. Guilherme Socias Villela. Na questão das calçadas, eu, sinceramente, já venho defendendo, há muito tempo, uma mudança no comportamento. E qual é a mudança? Que o Executivo faça as obras das calçadas, porque como estão hoje, cada morador fazendo ao seu tempo, a seu jeito, usando

produtos e materiais diferentes, nós nunca vamos ter calçadas regulares, até porque em muitas calçadas temos árvores que dependem de autorização da SMAM, por causa das raízes, enfim. A discussão é muito boa, é salutar, é altamente positiva. Quero cumprimentá-lo porque traz, assim como trouxe o Guilherme Socias Villela, um tema importante para discutirmos. Uma sugestão que quero lhe deixar, quando o senhor faz menção aos projetos, só trocar o local, porque quem está lhe assistindo não está conseguindo localizar o exemplo; é só botar na outra ponta e voltar àquilo que o senhor colocou, citando como exemplo aquilo que o senhor está pretendendo, assim o pessoal que está nos assistindo, enxerga. Obrigado.

A Sra. Lourdes Sprenger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Inicialmente, quero cumprimentá-lo, Ver. Idenir, e complementar as informações de que nós apresentamos um projeto sobre a transparência das compensações, pois isto já é uma reivindicação de longo tempo, desde quando fomos delegados do Fórum de Planejamento da Zona Sul. Nós sabemos que essas compensações são cumpridas, mas, às vezes, vão para outros bairros, outros endereços, não atendendo diretamente aquela população que está ali a desejá-la. Este projeto nosso é para que qualquer um que acesse o sistema informatizado saiba onde foram aplicadas as compensações, os valores e o período em que foi atendido. Isso devido à demanda da nossa comunidade na Zona Sul, onde a gente atua há mais de 20 anos.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero, novamente, compartilhar com V. Exa. - e procurava algumas fotografias para poder mostrar aqui. Não vamos longe, aqui em frente à Câmara, como em frente ao Tribunal de Justiça Federal onde há uma calçada, em princípio benfeita, que colocou o piso saliência para as pessoas com deficiência visual, mas agora os containeres de lixo foram colocados justamente em cima desse piso especial, e também estão sendo feito canteiros com os buracos ao lado desse caminho. Passei ali ontem e fotografei. Já quero aproveitar a sua fala para pedir ao Tribunal de Justiça Federal corrigir imediatamente esta questão. Hoje vamos debater, logo, logo, esse projeto das compensações, para que sejam democratizadas, dado transparência sobre elas, e que a Cidade ganhe com o

disciplinamento das compensações dos grandes empreendimentos para a Cidade. Muito obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Vereadores. Acho que temos que fazer uma limitação nessas compensações, para que não fique impossível de se realizar os investimentos e não sejam poucos para a população de Porto Alegre.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, eu quero me irmanar aos outros colegas Vereadores nos elogios a V. Exa. e aos temas que traz, que são absolutamente pertinentes. Eu ousou ainda lembrar as Repots que estão aqui, que nós temos que votar; a telefonia celular, que o Governo prometeu para o início deste semestre e que não veio; o mobiliário urbano, que nós precisamos mudar urgentemente na Cidade, não vai ficar pronto para a Copa, porque tem que licitar as bancas de frutas, as bancas de flores, está tudo caindo aos pedaços infelizmente, e nós temos que mudar isso. E quero lhe perguntar – cheguei aqui e já tinha transcorrido talvez cinco minutos da sua fala – se V. Exa. está propondo uma limitação, que eu acho que é necessária, que delimitemos um percentual para essas contrapartidas. Várias cidades do Brasil delimitam por porte de empreendimento a 5%, talvez. Porque nós sabemos que esses projetos também têm por si só o condão de valorizar e transformar os bairros onde eles se estabelecem. Muito obrigado e parabéns!

O SR. IDENIR CECCHIM: Vereador, isso foi mais homenagem a V. Exa., que se preocupou com este assunto. O projeto do Ver. Comassetto estabelece algumas atitudes nesse sentido das compensações. Mas, acho que há espaço para se discutir inclusive as limitações. Eu queria falar, neste minuto que me resta, da fiscalização da saúde. Eu não vou dar o nome do fiscal ainda, mas é o mesmo fiscal que vai lá no Centro, nos restaurantes organizados, caprichosos, limpos e faz ameaças: “Põe a verdura para cá, não pode botar vasos de flores para lá”. Coisinhas periféricas que não atingem a alimentação. Mas eu queria perguntar se a Secretaria da Saúde tem o mesmo critério para quem vende pão de queijo na rua, por exemplo, para quem vende alimentação. Não! Cada mês esse fiscal escolhe um restaurante - é o mesmo fiscal, eu vou dar o nome. Ele tem que fazer o trabalho dele, agora, não pode fazer leilão ou sorteio de quem ele vai

pág. 21

“pegar no pé” naquele mês. É muito grave isso! Eu vou falar, não sei se com o Secretário da Saúde ou com quem cuida disso, mas quem for responsável pela fiscalização da saúde, para que tome providências. Não é possível que alguém visite só restaurantes organizados, bem-cuidados e deixe as outras coisas. Por que só tem que fiscalizar onde os ricos comem? Tem que fiscalizar onde o pobre come! Lá na rua, o cara está passando e vendendo suco de qualquer jeito, pão de queijo de qualquer jeito; tudo que é comida na rua não é fiscalizada, só vão fiscalizar onde não precisa, onde há concorrência e a alimentação é cuidada. Presidente, agradeço-lhe por este minuto que me foi concedido. Infelizmente, tive muitos apartes, que me engrandeceram e justificaram estes temas que trouxemos aqui. É muito bom ser Vereador de Porto Alegre e é muito bom ter colegas preocupados, Ver. Guilherme Socias Villela, como V. Exa., com os assuntos do dia a dia da nossa Cidade e da nossa população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; senhores e senhoras, eu venho a esta tribuna para justamente falar sobre algumas coisas que vêm acontecendo de uns dias para cá. Ver. Nereu D’Avila, graças a Deus, está tudo no seu lugar – como diz aquela música. A Justiça devolveu o mandato do meu querido amigo, Líder, Cassio Astrogildo; e também porque o Internacional continua com 34 pontos e o Grêmio está com 37! Eu, como amigo pessoal, e sou muito amigo do Ver. Cassio - sempre falo “Astrogildo” -, estou muito feliz por ter sido devolvido o mandato ao Cassio, que foi escolhido pelo povo e, graças a Deus, ele está aí, novamente. O meu Líder, se Deus quiser, fará um grande trabalho nesta Casa. Falo também do Ver. Roni, a quem parablenizo pela sua passagem por esta Casa. Realmente, eu estou muito feliz hoje, Ver. Cecchim, por esses motivos. Primeiro, porque o meu Líder retornou; segundo, porque o Internacional continua no seu lugar, com os 34 pontos que conquistou, e, em terceiro,

porque o Grêmio tem 37 pontos. Perdemos ontem, mas não perdemos o Campeonato, podemos jogar muito e chegar lá ainda.

E também quero lembrar que o Ver. Tarciso tem o privilégio de fazer aniversário junto com o Grêmio, que fez 110 anos. Eu faço uma homenagem a este clube que mudou, nos anos 1980, para o mundo todo. Talvez alguns jornalistas tenham ficado conhecidos por causa do Grêmio, quando o Grêmio foi buscar a Libertadores da América e o Campeonato Mundial. E ali surgiu a oportunidade desse Grêmio, com mais de seis milhões de gremistas no Estado do Rio Grande, ter essa idade avançada de 110 anos de glória, de felicidade, de paixão do torcedor que, realmente, torce com fé, com paixão e o amor pelo seu time: o Grêmio!

Eu venho aqui, Tarciso, falar justamente do Grêmio, porque, para mim, é muito importante nós termos um atleta. E eu corria atrás dos jogos em que o Tarciso participava quando era torcedor, o Tarciso era jogador de futebol. Lá vinha o Tarciso entrando em campo ou chegando nos hotéis. E hoje tenho a oportunidade de ter o Tarciso aqui junto na Câmara de Vereadores, e ainda fazendo aniversário junto com o Grêmio! Pode ter um aniversário melhor do que este, Ver. Nereu D'Avila? Um atleta exemplar do Grêmio fazer aniversário junto com o Grêmio! Isso significa uma grandeza extraordinária, uma competência que o Ver. Tarciso tem. Quero dizer que me sinto muito honrado, Ver. Tarciso, de falar do Grêmio e dos seus 110 anos, que começou lá em 1981, quando eu peguei um ônibus de excursão, Ver. Nereu, e fui para São Paulo ver o Grêmio ser campeão brasileiro pela primeira vez, lá em 1981, com o gol de Baltazar. Nós fomos campeões brasileiros. E logo mais tivemos, em 1982, quando perdemos o campeonato para o Flamengo, dois jogos, e eu pensava cá comigo, chorando dizia: "De que adianta ser vice-campeão!". Eu estava enganado, dali é que veio a bela conquista da Libertadores e nos levou ao Mundial: fomos vice-campeões!

Eu quero dizer para os senhores e as senhoras do privilégio de ser gremista numa família que tem 11 irmãos colorados, só eu sou gremista; dizer que, realmente, me sinto muito orgulhoso, muito feliz por torcer pelo maior e o melhor clube do Brasil e, talvez, do mundo! Não tem, não tem outra paixão igual à que tem no Rio Grande pelo Grêmio. Não tem! Pode ter os amigos colorados, e tem muitos colorados, bastantes, mas eu confesso: uma torcida que tanto ama e gosta de verdade do Grêmio... Então, eu quero desejar milhões de felicidades para o Grêmio, milhões de felicidades! E, mais ainda, com essa conquista

da Arena, que é a verdadeira casa mais moderna do mundo, não tem igual! E quem vai lá visitar a Arena sabe que é verdade. O Ver. Cecchim já foi lá, a Ver.^a Séfora, vários Vereadores aqui foram lá e viram que a nova casa do Grêmio é uma casa de conquista e uma casa de todos do Rio Grande, de Porto Alegre, de todo o mundo!

Então, senhores, peço desculpas hoje por falar no meu Grêmio, mas é muito bom falar quando um time completa 110 anos, um clube que completa 110 anos de vida! Cento e dez anos é uma vitória importante, Ver. Tarciso, e nós já tivemos todos os tipos de vitória. E agora, mais 110 anos com a Arena, se Deus quiser, nós vamos ao mundial novamente, vamos ser campeões da Libertadores, vamos ser tri da Libertadores. Sempre o que marca é o primeiro, o primeiro marca tudo, e nós fomos campeões da Libertadores primeiro e campeões do mundo primeiro! Então, é nós, dá-lhe Grêmio!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Estão suspensos os trabalhos para realização da reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h38min.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): (18h8min) Estão reabertos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h8min.)